

O Papel da Coopeixe no Desenvolvimento do Território da Pesca e Aquicultura do Médio São Francisco, Minas Gerais

Everton Alves Pereira¹

Alair Ferreira Freitas²

Alan Ferreira Freitas³

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como a Cooperativa dos Piscicultores do Alto e Médio São Francisco Ltda. (Coopeixe) está contribuindo para o processo de desenvolvimento territorial no Território da Pesca e Aquicultura do Médio São Francisco, Minas Gerais, sinalizando sua interação com as políticas públicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, cuja coleta de dados ocorreu por meio de aplicação de entrevistas, observação e pesquisa documental. Três categorias analíticas sintetizam os resultados: (i) articulação institucional, em que se verificou a capacidade de inserção da Cooperativa nos diferentes espaços de gestão de políticas públicas e composição de órgãos colegiados; (ii) inclusão produtiva, quando se verificou as estratégias adotadas pela Coopeixe que geraram impactos na atividade produtiva aos cooperados que outrora não acessavam mercados, capacitação e orientação e (iii) agregação de valor, observando-se os processos capazes de agregar valor à produção do quadro de cooperados, como beneficiamento, certificação e planejamento da produção.

Palavras-chave: Cooperativa. Aquicultura. Desenvolvimento territorial.

¹ Servidor público da Superintendência de Cooperativismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. evertomcoop@yahoo.com.br

² Doutorando em Administração pelo Centro de Pesquisas e Pós-Graduação em Administração (Cepead) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Extensão Rural e Graduação em Gestão de Cooperativas, ambos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). alairufv@yahoo.com.br

³ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, Brasil (2011). Professor assistente do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa. freitasalan@yahoo.com.br

THE ROLE OF COOPEIXE IN THE DEVELOPMENT OF TERRITÓRIO OF FISHERIES AND AQUACULTURE OF MIDDLE SAN FRANCISCO, MINAS GERAIS

Abstract

The objective of this study is to analyze how the Cooperative of Fish Farmers of Alto e Médio São Francisco Ltda. (Coopeixe) is contributing to the process of territorial development in Território da Pesca e Aquicultura do Médio São Francisco, Minas Gerais, signaling its interaction with public policies. This is a research qualitative and descriptive, which data collection was through use of interviews, observation and documental research. Three analytical categories synthesize the results: (i) institutional articulation, where there was the ability to insert the Cooperative in different areas of public policy management and composition of collegiate bodies; (ii) inclusion productive, we found the strategies adopted by Coopeixe that generated impacts to cooperative productive activity that once not accessing markets, training and orientation; and (iii) adding value, observed processes can add value to the production of frame members, such as processing, certification and production planning.

Keywords: Cooperative. Aquaculture. Territorial development.

O Cooperativismo mostra-se cada vez mais promissor como alternativa de organização econômica da sociedade. Historicamente vem revelando seu potencial ao se inserir em diversos segmentos econômicos, interagindo em mercados dinâmicos e competitivos, com públicos heterogêneos. Além disso, o relacionamento com o Estado é frequente, especialmente mediado pelo acesso a políticas públicas, muitas das quais priorizam a forma organizacional cooperativa como modelo de entidade potencial para promoção da inclusão produtiva.

Este trabalho descreve particularmente o caso de uma cooperativa de piscicultores, que se tornou referência de organização na cadeia produtiva do pescado no Território Médio São Francisco em Minas Gerais. No contexto de desenvolvimento de uma atividade econômica pouco comum (como a aquicultura),⁴ apoiada por políticas públicas que pressupõe controle social como é a política de desenvolvimento territorial, torna-se fundamental o protagonismo das organizações da sociedade civil, especialmente as de finalidade econômica, como as cooperativas. Assim, o exercício de construção e operacionalização de políticas e programas específicos, de base territorial com aceite e conformação dos atores requer a participação das instituições e organizações locais que os representam.

A emergência do território como delimitação geográfica para a operacionalização de políticas públicas enfatiza a importância da institucionalização de mecanismos locais de controle social do território e das políticas públicas a ele direcionadas. As organizações coletivas, sejam meramente de representação (associações) ou socioeconômicas (cooperativas) presentes nos territórios delimitados pelo Estado, possuem papel fundamental no processo de construção de planos e programas de desenvolvimento territorial. A partir das ações coletivas engendradas pela busca de objetivos comuns

⁴ Desenvolvimento de qualquer atividade produtiva, manejada dentro do meio aquático, com a aquicultura sendo considerada uma atividade multidisciplinar, referente ao cultivo de diversos organismos aquáticos, incluídos neste contexto plantas aquáticas, moluscos, crustáceos e peixes. A intervenção ou manejo do processo de criação é imprescindível para o aumento da produção. Quando se tratar da criação de peixes, o termo usado é piscicultura.

entre os atores, pelas relações de confiança, proximidade e interação entre elas, confere-se um caráter de identidade ao processo de definição de ações pertinentes ao território a que pertencem.

Desta forma, como as políticas públicas de apoio e fomento aos espaços territoriais de baixa dinamização econômica requerem, em sua maioria, a definição de planos, programas e projetos para sua viabilização, as organizações coletivas – sobretudo as cooperativas – destacam-se por estarem constituídas levando em consideração os anseios socioeconômicos de seus integrantes, além de pressuporem a mobilização local.

No Território da Pesca e Aquicultura Médio São Francisco, a Cooperativa dos Piscicultores do Alto e Médio São Francisco⁵ (Coopeixe) tem se tornado referência de mobilização social e atuação territorial. Desde o desenvolvimento da atividade econômica até o relacionamento com os organismos governamentais, é notável que o processo de articulação da entidade com outras organizações tem lhe permitido acessar políticas e programas públicos, bem como seus respectivos recursos por meio de projetos, além de construir relações dentro dos diversos espaços de gestão compartilhada (agências, conselhos, colegiados, fóruns), contribuindo com o processo de desenvolvimento e, principalmente, gerando renda aos cooperados.

Diante da experiência da Coopeixe no Território da Pesca e Aquicultura, o objetivo deste trabalho é analisar como a Coopeixe está contribuindo para o processo de desenvolvimento territorial, sinalizando sua interação com políticas públicas. Para estruturar a discussão, o texto está organizado em cinco seções além desta introdução. A primeira é uma incursão teórica para possibilitar a compreensão da noção de território e de desenvolvimento territorial. Posteriormente, na segunda seção, apresenta-se a construção da política de desenvolvimento do Território da Pesca e da Aquicultura pelo Estado brasileiro. Na terceira seção é apresentada a metodologia. Os resul-

⁵ A denominação “Alto” e “Médio” que consta no nome da Cooperativa ocorre em virtude de sua atuação ir desde a região que precede o território até o mesmo propriamente dito.

tados e discussões são apresentados na quarta seção, focados na atuação da cooperativa, contextualizando-a no referido território. Por fim, na quinta seção, são apresentadas as conclusões do trabalho.

Território e Desenvolvimento Territorial

Território: concepção teórica

Os conceitos de *território* e de *desenvolvimento territorial* têm sido amplamente mencionados pelos pesquisadores que investigam, sobretudo, os processos de desenvolvimento rural no Brasil. A partir das várias concepções, visualiza-se o território como uma construção social e uma melhor forma de aproveitamento dos recursos e potencialidades de cada região (Abramovay, 2000) e como elemento estruturante e objeto de política (Perico, 2009).

Neste segundo sentido o território implica a redefinição das funções, papéis, competências, responsabilidades, enfim, a reconstrução do Estado a partir da própria identificação do território como instância política (Perico, 2009). No território, analisado desta forma, a inter-relação entre atores sociais, induzida pelas políticas públicas, tende a constituir-se em um arranjo institucional que proporciona um ambiente favorável para uma intervenção mais qualificada das políticas e ações de organizações sociais.

Para Schneider (2004), o território tem diversas origens conceituais e a natureza de sua inserção nos discursos e nas decisões dos formuladores de políticas públicas reflete os contextos históricos e políticos, abrangendo as forças sociais que empurram para a transformação dos mecanismos de intervenção pública. Há, porém, forças socioeconômicas que emergem desta tendência ou de forças maiores que movem e demandam novas formas de conceber e construir o desenvolvimento. É o exemplo da tentativa de entender o papel das organizações nas dinâmicas territoriais.

Tonneau e Cunha (2005) acrescentam que a adoção do território como foco de políticas públicas, embora tenha como objetivo a redução da pobreza e das desigualdades sociais, também intervém na dinâmica econômica territorial. Para estes autores o território é “(...) produto do entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, em que se instituem processos de identificação e de negociação dos interesses comuns e conflitantes” (Tonneau; Cunha, 2005, p. 46). Para Pecqueur (2000), a dinâmica de desenvolvimento territorial constitui uma inovação à medida que visa a despertar e mobilizar determinados recursos, por sua vez, inéditos. Pode-se constatar, nesse sentido, que no bojo deste processo é necessário criar um ambiente institucional⁶ que interfira nos padrões de relacionamento e nos arranjos organizacionais, originando condições para o surgimento de inovações.

Nesta direção, pensar o desenvolvimento com base em uma abordagem territorial sugere ampliar o escopo da análise para além dos limites setoriais que tradicionalmente marcam a atuação dos atores sociais. A noção de território coloca em evidência a dimensão política que perpassa a atuação dos atores envolvidos no processo de discussão e definição dos rumos do desenvolvimento em uma determinada região. Ao discutir e decidir sobre o futuro de suas regiões, os atores envolvidos participam de um jogo que pode ampliar ou reduzir suas possibilidades de reprodução social e dominação sobre outros atores.

A diferenciação é que esta política busca construir relações com as organizações da sociedade civil, dando outro caráter a sua atuação. Isso significa reconhecer que a sociedade civil possui papel crucial no direcionamento da política e na dinamização econômica do território.

O protagonismo local e o controle social das ações e das estratégias de desenvolvimento são um estado desejado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – órgão pioneiro na adoção da abordagem territorial,

⁶ Assim como tratado em Favareto (2007).

seguido por outros Ministérios – para os territórios. Este processo amplia as bases sociais das esferas públicas e promove transformações nas relações entre sociedade, mercado e Estado. O desenvolvimento é encarado nesta perspectiva como um processo dinâmico que transcende a ação de uma única esfera do poder e de grupos sociais específicos, exigindo um conjunto de relações e interações sociais para a sua efetivação.

É preciso reconhecer que a política de desenvolvimento territorial no Brasil ampliou a capacidade de participação social dos atores no processo de discussão, negociação, decisão e planejamento de políticas públicas. Tais avanços e aprendizados, porém, deram-se de maneira diferenciada e desigual nas inúmeras experiências espalhadas pelo país (Schneider, 2004). Um ponto fundamental para se discutir os avanços nas dinâmicas de desenvolvimento territorial é a efetiva capacidade de as organizações sociais desenvolverem ações práticas de aglutinação de forças sociais e criação de rede de colaboração que favorecem o desempenho da atividade-fim. Assim, é importante reconhecer que as organizações sociais, de base coletiva, estão no centro da configuração social dos territórios.

A Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura

As Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial iniciam-se em 2003 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estabelecendo um novo marco para as modalidades de ações governamentais a serem formuladas, instituídas e geridas, em parceria com a sociedade civil organizada (Abramovay 2000, 2006). Das diversas modalidades de políticas públicas com este viés, segmentos historicamente marginalizados e excluídos são incorporados com o início desses programas, por exemplo, a agricultura familiar, comunidades tradicionais (quilombolas, índios, ribeirinhos, outros), extrativistas, pescadores e aquicultores, todos hoje alvos das mais diversas ações, programas e políticas de apoio e fomento ao desenvolvimento susten-

tável de suas atividades. As novas modalidades de políticas públicas passam a adotar, segundo Araujo (2003), o conceito de território e a abordagem territorial nos processos de desenvolvimento de regionalidades de baixa dinamização econômica e participação social, com a inclusão dos atores da sociedade civil nas deliberações acerca dos modelos de desenvolvimento, que podem ser concebidos para cada território. Os territórios podem ser pensados como espaços delimitados geograficamente, com características que lhes conferem identidade cultural, ambiental, econômica, étnicas e relações sociais, econômicas e de poder com certa homogeneidade.

Logo, a adoção da abordagem territorial para a execução de políticas públicas de desenvolvimento implica utilizar estratégias de construção participativa das políticas, levando em consideração as demandas sociais, sua adequação à diversidade econômica, social, cultural e ambiental. Os governos, ao adotarem a abordagem territorial, utilizando os recortes territoriais de identidade, possibilitam a articulação de seu planejamento e ações, resultando em: (i) um novo conceito de gestão e planejamento do desenvolvimento; (ii) novas políticas que sejam ascendentes, participativas e territoriais, e (iii) imposição aos governos e atores sociais de um novo comportamento e novas práticas na relação Estado-sociedade.

Operacionalmente, a Política de Desenvolvimento Territorial adotada pelos governos é praticada nos territórios com o apoio e articulação com os demais agentes públicos e privados, organizados em instâncias de decisão, podendo ser denominadas de Colegiados, Conselhos, Câmaras Técnicas, Consórcios e outras, nas quais se aglutinam atores sociais da sociedade civil organizada e de órgãos ligados ao poder público (das três esferas de governo). No caso específico aqui analisado, o público de aquicultores e pescadores também foi alvo de políticas públicas de abordagem territorial, denominada de Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura. Tal política, em consonância com o *Ministério da Pesca e Aquicultura* (MPA) (Ministério..., 2010), partia de premissas como: (i) reconhecimento do fortalecimento organizacional do setor por meio do estabelecimento de

instâncias específicas para discussão e decisão sobre projetos voltados para o setor e reconhecimento destas instancias como espaços de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito das ações inter-setoriais e intergovernamentais; (ii) reconhecimento dos princípios da gestão social do desenvolvimento, a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e os princípios da economia solidária, concatenados por efetivos planos de trabalho/negócios sustentáveis, expressam o modo mais democrático e eficiente de garantir a sustentabilidade da atividade e de trabalho e renda no setor; (iii) definição de Planos e Programas de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca para identificação e atendimento de demandas, elaboração e financiamento de projetos e integração de políticas públicas (reconhecimento de mobilização, atores e recortes preestabelecidos, como o APL Aquicultura que já existia no território aqui analisado).

Para a inserção e acompanhamento dessas políticas públicas faz-se necessário que as entidades da sociedade civil, além de comprometidas, estejam em nivelamento com as agendas e propostas governamentais em curso. Uma organização interna também se faz necessária, tendo em vista que as políticas públicas de abordagem territorial, além do caráter deliberativo, possuem um conjunto de ações financiáveis como projetos de custeio, infraestrutura, e outros itens de apoio e fomento. Leite et al. (2011, p. 40), em sua análise de usos e construção de territórios, afirmam que são os atores socioeconômicos que reconhecem o espaço territorial e constroem sua ação coletiva, sendo este processo caracterizado como de co-construção, socialmente direcionado, permitindo a existência de projetos coletivos favoráveis ao território. Isso significa que as organizações da sociedade civil, como as associações, cooperativas, Oscips, organizações sociais, consórcios e outros, devem buscar amadurecimento interno por meio de uma estruturação organizacional e social para estarem em consonância com as políticas públicas, estabelecendo condições para serem protagonistas nos processos de concepção, execução e gestão das políticas e projetos em curso. Comumente as instituições do poder público possuem mais condições físicas, materiais e

recursos humanos suficientes, os quais lhes permitem maiores oportunidades de acesso a tais políticas (Abramovay, 2006). Embora não disponham de todos os recursos como os órgãos governamentais, as organizações coletivas possuem mais capilaridade local, além de conhecerem do ponto de vista de “grupos de interesse” as reais demandas locais, permitindo que estas estejam mais niveladas quanto ao formato desejado das políticas, programas e projetos. Dentro deste cenário, as cooperativas têm sido protagonistas no papel de estabelecimento de convênios com os governos, para acesso a recursos a serem empregados e ações de custeio de atividades de dinamização socioeconômica dos territórios.

Metodologia

Optou-se por adotar uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter descritivo, considerando-a a mais adequada diante dos objetivos propostos. A coleta de dados ocorreu no período janeiro a dezembro de 2010. Além de dados primários, dados secundários também foram coletados, partindo daqueles documentos publicados e que estavam à disposição para a pesquisa, quais sejam: relatórios de oficinas temáticas (ocorridas no território), relatórios de estudos técnicos sobre o território, pesquisas e prestações de conta, atas e informativos publicados.

Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas em profundidade, conversas informais com cooperados da Coopeixe, além de observação em reuniões da cooperativa e do território de que esta participava. Ao todo foram observadas sete reuniões. As observações foram de caráter não-participante, em que o pesquisador, embora presente no ambiente em que ocorre a ação (e percebido pelos demais), apenas visualizava a dinâmica e as discussões do espaço, realizando algumas anotações, sem causar interferência significativa. Relatos e notas das reuniões foram registrados em um “caderno de campo”. Segundo Yin (2005), as diversas fontes de evidências possibilitam o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação com

o objetivo de checar a validade e confiabilidade das informações por meio de comparações. Assim, a triangulação dos dados foi realizada utilizando as informações primárias e secundárias.

Como sujeitos da pesquisa foram considerados cooperados da Coopeixe. A seleção da amostra foi não probabilística e intencional, seguindo os critérios de acessibilidade e exaustão (Vergara, 1998). A acessibilidade refere-se à seleção dos informantes de acordo com as possibilidades de acesso e a exaustão diz respeito ao aparecimento de repetições das informações (saturação) nas respostas dadas às questões formuladas. Do total de 46 cooperados da Coopeixe, 20 foram entrevistados. Em todas as entrevistas utilizou-se, mediante autorização do entrevistado, gravador de voz digital.

A organização dos dados consistiu na transcrição e sistematização de todas as entrevistas, procedendo a uma leitura minuciosa e comparativa com os dados coletados pela observação e os dados secundários. A triangulação, que explorou a complementaridade entre os instrumentos de coleta de dados, contribui para que a limitação específica de uma técnica fosse compensada pela potencialidade de outra.

Na etapa de análise utilizou-se o método “análise de conteúdo” (Bardin, 2009). A análise de conteúdo, como argumentam Laville e Dionne (1999), não segue etapas rígidas e predeterminadas, mas uma reconstrução simultânea de um conteúdo com as percepções do pesquisador com vias possíveis e nem sempre balizadas. Sob esta perspectiva, estes autores assinalam que “a análise de conteúdo consiste em demonstrar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação” (Laville; Dionne, 1999, p. 214).

A análise de conteúdo foi realizada em três etapas, como sugerido por Laville e Dionne (1999), quais sejam: o recorte de conteúdos, a definição das categorias e a categorização final das unidades de análise. O recorte de conteúdos consistiu no agrupamento de elementos em razão de sua significação, buscando recortar o conteúdo agrupando fragmentos do discurso e ideias temáticas seguindo uma proximidade de sentido. Os elementos

recortados constituíram as unidades de análise. Após reorganizados os dados sob os devidos recortes, foram estabelecidas as categorias analíticas que orientaram as análises. As categorias analíticas, de acordo com Laville e Dionne (1999), são “rubricas sob as quais virão se organizar os elementos do conteúdo agrupados por parentesco de sentido”. A categorização final das unidades de análise tratou-se de uma análise de verificação e reconsideração da alocação dos conteúdos sob determinados recortes e sua categorização, a fim de otimizar e qualificar a organização e análise dos dados.

Foram estabelecidas três categorias analíticas para orientar a análise dos dados: (i) articulação institucional, (ii) inclusão produtiva e (iii) agregação de valor. No tópico articulação institucional verificou-se a capacidade de inserção da cooperativa nos diferentes espaços de gestão de políticas públicas, composição de órgãos colegiados e os resultados (projetos, ações e recursos) oriundos dessas articulações. Na análise da categoria inclusão produtiva verificou-se as estratégias adotadas pela Coopeixe que geraram impactos na inclusão produtiva aos cooperados (que outrora não acessavam mercados ou encontravam grandes dificuldades para isso), capacitação e orientação nos processos produtivos. Para a análise da agregação de valor foram observados os processos capazes de agregar valor à produção do quadro de cooperados, como beneficiamento, certificação, padronização de beneficiamento e planejamento da produção. Nas discussões em cada categoria foram citados fragmentos de entrevistas realizadas e registros do caderno de campo, no sentido de evidenciar o material empírico.

Resultados e Discussões

Diante do recorte analítico proposto e do caráter descritivo deste trabalho, optou-se, de forma arbitrária, por apresentar os resultados seguindo as três categorias anteriormente enunciadas, tendo em vista que elas foram priorizadas como pontos principais de contribuição da cooperativa para o desenvolvimento territorial.

O Território Médio São Francisco e a Coopeixe

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) iniciou em 2008 o Plano de Desenvolvimento Sustentável “Mais Pesca e Aquicultura 2008-2011”,⁷ inaugurando a abordagem territorial em suas políticas e programas. Na região Sudeste foram identificados nove territórios, com a existência de atividades econômicas diversificadas e empreendimentos organizados em associações, colônias e cooperativas. Dos territórios da região Sudeste, três estão localizados em Minas Gerais: o Território da Pesca e Aquicultura Médio São Francisco (região Centro-Oeste do Estado, tendo como a principal referência o Lago de Três Marias), o Território do Médio Rio Grande (Região Sudoeste do Estado, tendo como principal referência o Lago de Furnas) e o Território Noroeste de Minas (Região Noroeste, tendo como referência os Rios Urucuia e Paracatu).

O Território Médio São Francisco (TMSF) abrange 19 municípios: Abaeté, Augusto de Lima, Biquinhas, Buenópolis, Cedro do Abaeté, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Monjolos, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Paineiras, Pompeu, Presidente Juscelino, Quartel Geral, Santo Hipólito, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias. Destes, apenas 8 (Abaeté, Biquinhas, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompeu, Três Marias e São Gonçalo do Abaeté) possuem afinidade direta com a temática da pesca e aquicultura, pois desenvolvem de forma regular atividades pesqueiras e aquícolas, uma vez que circundam a represa de Três Marias. A bacia hidrográfica do entorno da represa possui um espelho d’água de aproximadamente 927,1 Km² e uma orla de 2.233 Km², incluída na lista de reservatórios de domínio da União, denominados Águas Públicas da União.

⁷ Seu objetivo principal era a superação da pobreza e das desigualdades sociais das comunidades aquícolas e pesqueiras pelo aprimoramento das capacidades de autogestão dos interesses coletivos, favorecendo a inserção competitiva do segmento nas cadeias produtivas do setor e gestão sustentável dos recursos aquícolas e pesqueiros.

O represamento do Rio São Francisco conferiu nova formação geográfica à região, culminando na formação de um grande lago que passa a banhar nove municípios. O represamento foi uma estratégia de desenvolvimento da região, adotada em meados da década de 50 pelo governo de Juscelino Kubitschek, e o principal objetivo era a perenização do rio – ao contrário da questão energética com a construção da usina hidrelétrica de Três Marias posteriormente – com vistas ao desenvolvimento regional, mediante a consolidação da agricultura e navegabilidade de embarcações de pequeno porte. O represamento, contudo, provocou a inundação de nove municípios, reduzindo de maneira significativa suas áreas agricultáveis e extensões territoriais, além de provocar o êxodo rural. Logo, as atividades agrícolas de pecuária de corte e leite começam a declinar, e até os anos 90 chega aos estágios de estagnação.

Em 2004, com o Decreto Estadual nº 43.798/2004,⁸ surge o Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias, constituindo-se na primeira política pública de gestão das águas presente no território, posto que o Comitê é composto de 23 municípios, dentre os quais alguns estão no mesmo recorte geográfico do Território Médio São Francisco.

Em 2000, e anteriormente ao lançamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável “Mais Pesca e Aquicultura” – e da própria criação do Ministério da Pesca e Aquicultura – a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), empresa pública ligada ao Ministério da Integração Nacional, iniciou o fomento da piscicultura no Lago de Três Marias, instalando um escritório de apoio técnico no município de Morada Nova de Minas. Este trabalho surtiu efeito e aos poucos obtiveram adesão de diversos produtores, estabelecimentos familiares que começaram a produzir (ainda de forma amadora), além de fornecedores de

⁸ Decreto Estadual nº 43.798 de 30 de abril de 2004 (*Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias e dá outras providências*).

alevinos (filhotes de peixes). Esse trabalho, com o passar dos anos, levou a Codevasf a considerar em sua estratégia de abordagem todo um instrumental caracterizado para apoio e fomento a Arranjo Produtivo Local.

Em 2004, com a promulgação do Decreto Presidencial nº 4.895/2003,⁹ os espaços físicos em corpos d'água pertencentes à União passam a ter seus usos autorizados para fins da prática de aquicultura, observando-se critérios de ordenamento, localização e preferência. O represamento do Rio São Francisco, que originou a represa de Três Marias, pertencente à União, passa agora a contar com mais uma política pública de fomento da atividade aquícola, como estratégia de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar com a produção de alimentos de alto teor nutricional. Os reservatórios d'água de domínio da União, destinados à produção de pescado são denominados Parques Aquícolas, e sua operacionalização ocorreu com a divisão do espaço em lotes e a licitação (onerosa e não onerosa) destes para os beneficiários (aquicultores, pescadores, agricultores familiares e empreendedores interessados). Com o reconhecimento do Parque Aquícola de Três Marias, constatou-se a ocorrência de três políticas públicas (APL, Comitê de Bacia e Parque Aquícola) incidentes num mesmo recorte geográfico, o Território Médio São Francisco (TMSF), o qual teve a instituição e apresentação de seu recorte propostas somente em 2008 e 2009 respectivamente. Anteriormente a este período os espaços de gestão participativa existentes não contavam com nenhuma entidade de representação e referência dos aquicultores e pescadores.

No TMSF pode-se identificar a presença de três tipos emergentes de atores da sociedade civil que protagonizam as atividades produtivas: (i) os aquicultores pioneiros, sobretudo em Morada Nova de Minas, município banhado pelo lago, que aproveitam os recursos naturais e os trabalhos de fomento da Codevasf e se lançam na condição de aquicultores; (ii) os

⁹ Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 (*Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências*).

agricultores familiares, que, em grande quantidade, devido à estagnação da criação de gado de leite/corte, começam a diversificar a produção tornando-se aquicultores e (iii) o pescador artesanal, que realiza a pesca de forma extrativa de maneira artesanal com apetrechos mínimos de pesca, e que, com a redução dos estoques pesqueiros devido a fatores e condições adversas de ambiência, acaba optando por desenvolver a atividade de criação de peixes.

Com o fomento governamental (neste município) para a atividade aquícola, percebe-se o surgimento de pequenas associações e cooperativas no território. Em 2011 foram identificados um total de 20 empreendimentos, sendo 3 cooperativas, 3 colônias e 14 associações. Somente no município de Morada Nova de Minas existem 3 cooperativas e 7 associações que atuam diretamente com a produção aquícola.

No município de Morada Nova de Minas os produtores locais, com o apoio da Codevasf, Prefeitura (pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente), Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater, escritório local) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), iniciaram as discussões acerca da nova realidade local. O potencial hídrico natural que semicircunda o município representava uma nova oportunidade de negócios, no entanto fazia-se necessária uma entidade que assumisse o papel de articuladora entre as principais organizações fomentadoras, além de organizar a produção, regular a comercialização, compra de insumos, entre outras atividades.

Em 2004 iniciam-se os processos de sensibilização e mobilização em torno da constituição de uma organização cooperativa, pensando no momento atual de relativa produção já existente, e também nos investimentos futuros que davam mostras de realização por parte dos organismos governamentais. A Cooperativa dos Piscicultores do Alto e Médio São Francisco Ltda. (Coopeixe) nasce no contexto em que se enxergava a necessidade de centralizar o processo organizativo da produção aquícola, em que os parceiros sinalizavam que era necessário que os próprios produtores assumissem o papel de protagonistas de seu desenvolvimento. A etapa de sensibilização

e mobilização contou com apoio das associações de produtores rurais, as quais mobilizaram os interessados na atividade aquícola, aquicultores em início de atividade e pescadores extrativistas interessados em assumir outra atividade. Todas as associações foram visitadas com o intuito de mostrar a necessidade da criação de uma cooperativa que pudesse realizar os processos econômicos, para os quais as pequenas associações estavam limitadas devido ao seu formato jurídico.

Com o surgimento de associações específicas de aquicultores, somadas às atuais associações de agricultores familiares, avançaram as discussões em torno da criação de uma cooperativa, culminando em 24 de abril de 2006 com a constituição definitiva da Coopeixe. Dado o novo cenário que se projetava com o fomento a atividade aquícola no município e região, a Coopeixe foi concebida inicialmente como uma cooperativa central, embora sem esse enquadramento jurídico. O termo “Central” é considerado no sentido de agregação das atividades-chave para o desenvolvimento de seus cooperados (tanto produtores pessoas físicas quanto jurídicas), por exemplo, as etapas de compras coletivas de insumos diversos, articulação perante os órgãos dos poderes públicos, entre outras.

Como todo processo de constituição de empreendimentos coletivos, algumas dificuldades foram encontradas ao longo do caminho, dentre elas os desafios de se consolidar uma cultura da cooperação. Num contexto de existência de associações constituídas nos distritos e córregos mais distantes da área urbana, e com cooperados residentes em outros municípios, os trabalhos de sensibilização e mobilização realizados pelos técnicos da Codevasf (facilitadores na ocasião) precisaram de longos meses de empenho. Para isso foram mobilizados os recursos do escritório local, como veículos, lanchas e pessoal, para atender às demandas de reuniões itinerantes em todas as comunidades e alguns municípios vizinhos.

De 2006 a 2009 a Coopeixe atuou especificamente como organização de representação dos aquicultores cooperados, assumindo o papel de articuladora de ações e projetos em âmbito regional e estadual. A cooperativa

contava em abril de 2012 com 66 associados, sendo três pessoas jurídicas, a Cooperativa dos Piscicultores de Morada Nova (Coopimn) com 28 cooperados, a Cooperativa dos Piscicultores do Vau das Flores (Coopivau) com 21 cooperados, e Associação dos Pescadores e Piscicultores do Indaiá (Appi) com 17 associados. Sua administração é exercida por um Conselho de Administração, que por sua vez elege um dos diretores como diretor-presidente para exercício durante 4 anos. Possui dois funcionários cedidos pela prefeitura que auxiliam nas atividades administrativas da cooperativa, além da concessão de incentivos nos seis primeiros meses de operação, mais um subsídio de isenção de energia elétrica, água e serviços de segurança de sua unidade.

No período de realização deste trabalho a cooperativa contava com dois escritórios de gerenciamento, que a partir de 2010 passaram a integrar as dependências da Unidade de Beneficiamento de Pescado (UBP), de maneira a ficar mais próxima do seu gerenciamento. Diferentemente do contexto inicial, a cooperativa conta atualmente com cinco infraestruturas de produção e beneficiamento, sendo dois caminhões (caminhão de transporte de pescado e caminhão feira), dois kits despolpadeira (um adquirido via projetos de base territorial, e outro via cessão de uso pelo Ministério da Integração), além da Unidade de Beneficiamento de Pescado (UBP), gerida por meio de um contrato de cessão de uso a partir de 2009.

Articulação institucional

O fortalecimento institucional da Coopeixe refletiu não só em bom desempenho, como também lhe atribuiu a capacidade de articulação perante os demais agentes da cadeia produtiva. Os resultados oriundos de sua capacidade de articulação são nítidos, no momento que a mesma passa a ter inserção permanente nos diferentes espaços de discussão, deliberação e promoção de ações, políticas e programas que possuem relação com sua missão institucional. Mostras de seu posicionamento institucional dar-se-

ão, sobretudo, com sua participação e articulação junto a diferentes espaços de gestão social das políticas públicas em âmbito local e regional, como Câmara Técnica Estadual de Aquicultura, Colegiado de Desenvolvimento Territorial, Arranjo Produtivo Local (APL Aquicultura) e Comitê de Bacia Hidrográfica (do Entorno da Represa de Três Marias). A partir da adoção da abordagem territorial de algumas políticas públicas de desenvolvimento do governo federal incidentes no território, a Coopeixe passa a ocupar lugar não só no colegiado do TMSF, como também em todas as instâncias deliberativas e consultivas presentes no Território.

O colegiado do TMSF reúne 34 instituições, 17 do poder público e 17 da sociedade civil, as quais desenvolvem atividades, direta e indiretamente relacionadas à pesca e aquicultura, como associações, cooperativas, comitês de bacia hidrográfica, prefeituras, órgãos do governo estadual e federal e consórcios de municípios.

Dentre as entidades da sociedade civil, a Coopeixe tem se destacado não só pela organização interna no que se refere ao atendimento das demandas de seus cooperados, como pela organicidade em todas as etapas dos processos de instituição, gestão e monitoramento dessas políticas públicas que incidem sobre sua área de atuação. Está presente por meio de ocupação de assento no programa de Territórios da Pesca e Aquicultura, Comitê de Bacia Hidrográfica CBH-SF4, Câmara Técnica da Aquicultura do Estado de Minas Gerais, sendo atualmente a principal instituição na governança do APL Aquicultura. O reflexo dessa interação com as mais diversas políticas tem gerado impacto não só na organização da cooperativa, como também na configuração que o cooperativismo assume na região e na formatação do Arranjo Produtivo Local, que passa a ser promovido pela ação das mais diversas cooperativas que surgem com o apoio (e como consequência) da Coopeixe.

Os resultados da inserção da Coopeixe e sua adequação institucional aos novos desafios que se apresentam em função das novas modalidades de política pública, que buscam o diálogo e o desenvolvimento negociado

e participativo com os atores locais, permitiram o desenvolvimento organizacional e também institucional, fazendo da Cooperativa a principal organização de representação do setor em sua área de atuação. Ao longo de sua trajetória a Coopeixe já é a maior cooperativa do setor aquícola em sua área de abrangência, com capacidade de processamento de 40 toneladas/mês de pescado, sendo também a única cooperativa a conveniar com o governo federal por meio do Sistema de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), cujos resultados são dois projetos aprovados e um em análise em ministérios do governo federal. Além das ações junto ao governo federal, destaca-se sua articulação com os órgãos do Estado, como a Epamig, a qual viabilizou um diagnóstico local da aquicultura, além de dois cursos de capacitação com transferência de tecnologias aos cooperados. Outra ação que tem dado mostras da capacidade de articulação desta cooperativa é a aproximação com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o qual tem mantido contato no sentido de oficializar parceria para realização de pesquisa de mercado para os produtos da Cooperativa.

Este novo cenário tem contribuído para a inclusão de produtores que anteriormente não possuíam condições regulares de produção, beneficiamento e comercialização de seus produtos. Após o processo constitutivo da Coopeixe, verificou-se aumento expressivo do número de associações e outras cooperativas que se aglomeraram em torno dela, totalizando 15 associações e 3 cooperativas, tudo em função de sua capacidade de articulação junto ao setor aquícola e ao governo e de organização interna da produção em seu raio de atuação. Segundo um dos entrevistados, *“Com o surgimento da Cooperativa defendendo os interesses da classe em vários lugares, foi possível a atenção de vários órgãos que começaram a desenvolver trabalhos com nós, os associados”* (cooperado da Coopeixe).

Assim, as articulações, das quais a Coopeixe vem se tornando protagonista, estão tecendo um arranjo institucional inovador para a promoção do desenvolvimento da aquicultura e, conseqüentemente, de todo o território. A convergência de esforços de várias instituições para propósitos

comuns e coordenados está viabilizando a base técnica e operacional para a elaboração de projetos e programas que incentivam a formação de outras organizações.

Inclusão Produtiva

Dados históricos confirmam as dificuldades de produtos oriundos da agricultura familiar – seja da pequena unidade familiar, seja de empreendimentos familiares em comunidades tradicionais – em se estabelecer nos mercados tendo em vista as exigências mercadológicas convencionais, como produção em escala maior, produto acessível com custos reduzidos e capacidade elevada de negociação de preços. Tal cenário não é diferente para os demais públicos, como aquicultores e pescadores, quilombolas, extrativistas, entre outros. Tais exigências verificam-se ainda nas atuais modalidades de políticas públicas de apoio à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae),¹⁰ cuja participação para produtores isolados torna-se praticamente inviável. O associativismo e o cooperativismo neste contexto constituem-se em práticas indispensáveis aos processos de organização social, da produção, da comercialização e dinamismo econômico dos produtores que acessam estas políticas e programas. No acesso ao Pnae, a Coopeixe tem atendido, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (2009), 70% da rede de ensino presente no município (municipal e estadual) com os produtos permitidos, conforme legislação específica, em especial com a oferta de polpa de peixe.

O cooperativismo tem sido fundamental no desenvolvimento do setor, uma vez que as organizações cooperativas são capazes de dar uma nova dinâmica nos processos de organização socioeconômica dos cooperados. Prova disso são as possibilidades de acessos a recursos e empreendimentos

¹⁰ Para ver mais sobre o programa PAA, consultar os dispositivos: Lei 10.696 de 2 de Julho de 2003, e os Decretos nº 6.447 e 6.959, de 7 de maio de 2008 e 15 de setembro de 2009 respectivamente. E sobre o Pnae consultar a Lei 11.947 de 16 de junho de 2006, e a Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009.

públicos que permitam realizar a inclusão produtiva de produtores excluídos do mercado formal. Como exemplo, cita-se as Unidades de Beneficiamento de Pescado (UBP), nas quais são raras as estruturas de beneficiamento construídas com recursos públicos, destinadas a este público, e poucas são as que se instalam em áreas continentais, sendo mais comuns em áreas litorâneas. A construção de Unidades de Beneficiamento de Pescado (UBP) destinadas a atender às necessidades de aquicultores familiares torna-se possível com a intervenção de uma organização cooperativa, tendo em vista que o pleito e obtenção de tal tipo de empreendimento coletivo, financiado com recursos públicos, são impossíveis para produtores isolados. A Coopeixe, após sua constituição, firmou-se enquanto a maior cooperativa regional,¹¹ agregando ao seu quadro social tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

É válido lembrar que todos os pequenos empreendimentos coletivos que se associaram à Coopeixe possuíam uma estrutura mínima de funcionamento, como infraestrutura de produção e acompanhamento técnico (insuficiente). Com a filiação e, conseqüentemente, tornando-se cooperado, os empreendimentos passam para outro nível no processo produtivo, tendo em vista que todos os trabalhos da Coopeixe passam a se estender aos mesmos, os quais também passam a acessar benefícios como compras coletivas (nas quais uma cooperativa de porte maior barganha um volume maior, garantindo menor preço), acesso ao beneficiamento em escala, acesso a programas e políticas públicas que já contemplavam a Coopeixe.

A filiação de pequenos grupos formais ao quadro social da cooperativa permitiu que os mesmos compartilhassem dos benefícios acessados por ela, o que impacta diretamente na inclusão produtiva destes grupos que outrora enfrentavam as dificuldades impostas pelo mercado, conforme relata um dos produtores de uma das associações filiada à Coopeixe: “*Antes produzíamos de maneira avulsa sem pensarmos na produção e pra quem vender e como vender.*”

¹¹ Salienta-se aqui somente o seu crescimento e representação a nível regional, tendo em vista o raio de sua ação, o que não a configura enquanto cooperativa central.

Mas a Coopeixe tem trabalhado com a gente na questão do planejamento, da compra e venda programada, além de oferecer o acompanhamento técnico que nós não podíamos pagar fora da Cooperativa” (cooperado da Coopeixe).

Dentre as principais dificuldades estava a falta de orientação técnica, que acompanha as fases de produção, desde o manejo inicial de filhotes (alevinos), até a despesca (retirada dos peixes dos tanques-rede), revelando-se este processo final de extrema importância e determinante na qualidade do pescado a ser comercializado. Num momento anterior estes produtores individuais e grupos realizavam estes processos sem a orientação necessária, o que somada à alta perecibilidade do pescado resultava em baixa da sua qualidade e em menor interesse dos “peixeiros atravessadores” e outros compradores, que percorriam as pisciculturas e pontos de pesca artesanal para comprar este produto por um baixo preço.

A adoção de estratégias uniformes e que contemplem o seu amplo quadro social ainda é um desafio para a Coopeixe, mas hoje em menor grau. Incluir produtivamente pequenos produtores e grupos formais isolados e criar ações padronizadas de produção, beneficiamento e comercialização, que resultem em produtos de alto valor agregado, capazes de ter receptividade e inserção em outros mercados (que não o local), são tarefas difíceis para os produtores isolados. Além de todos os aspectos supracitados, é colocado o desafio de desenvolver um empreendimento cooperativo sob a ótica da lógica coletiva, dada a forma complexa que a organização assume, no entanto é somente devido à adoção da forma cooperativa que o acesso a programas e políticas públicas de inclusão produtiva torna-se realidade.

Um dos programas de inclusão produtiva lançados com apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura é o programa “Peixe nos Bairros: Caminhão Feira do Peixe”. Tal programa consiste na transferência de uma infraestrutura (caminhão frigorífico) necessária à comercialização de pescado fresco e congelado em outros municípios que não possuem produção de pescado, sendo uma estratégia dupla de escoamento da produção e promoção do produto, o qual gera um alto volume de venda na modalidade peixe fresco.

“O pescado passa a ser visto nos bairros dos pequenos municípios que às vezes querem consumir o peixe fresco e de água doce, e não tinha como. Hoje com o modelo adotado pela Coopeixe permite que os produtores de volume pequeno possam levar seus produtos através do caminhão e realizar a venda e divulgar o produto nos bairros das cidades”, é o que relata um dos cooperados da Coopeixe. Buscando potencializar esse programa, em 2010 a Coopeixe em parceria com o Consórcio de Municípios do Lago de Três Marias (Comlago), acessou o Edital nº. 07/2010/Defo/Dilog/Seif/MPA sendo contemplado com um caminhão, o qual tem sido destinado a promover a comercialização de parcela do pescado produzido por seus cooperados no âmbito dos municípios vizinhos que não possuem produção aquícola e nem pesqueira.

Agregação de valor

Produzir sustentavelmente, com manejo adequado, considerando toda a escala de custos de produção, de beneficiamento e comercialização, colocando um produto apresentável e acessível ao consumidor não é tarefa fácil. Em se tratando de empreendimentos de pequeno porte, geridos pelo núcleo familiar, estes fatores determinam sobremaneira a sua viabilidade. Os produtos oriundos de empreendimentos familiares historicamente sempre tiveram dificuldades de acesso a mercados, tendo em vista que sua produção segue uma lógica distinta dos processos em larga escala e/ou industriais, o que resulta em custos elevados e mal dimensionados, gerando produtos sem condições de concorrência perante outros da produção não familiar. A produção de pescado também segue esta lógica, na qual se tem na criação de peixes a aquicultura familiar, e no regime extrativo a pesca artesanal, os quais, como os próprios nomes denotam, são atividades conduzidas pela mão de obra familiar.

Um dos gargalos enfrentados pela mão de obra familiar é a agregação de valor ao produto final. Num dado momento, empreendimentos cooperativos de aquicultores familiares viverem na ilusão de que bastava apenas que

um produto fosse produzido por pessoas de baixa renda ou por comunidades tradicionais para que tivesse um forte apelo social. Além do mais, o conceito de ambientalmente sustentável e socialmente justo, bem como o apelo de haver geração de emprego e renda para as comunidades mais necessitadas (e há nichos com preferências para tal) só podem ser considerados se estiverem dissociados da realidade do mercado de alimentos, no qual, fatores como preço baixo, qualidade alta e regularidade de oferta são elementos básicos para o sucesso de qualquer iniciativa. Logo, agregar valor ao produto e torná-lo competitivo é de extrema importância para torná-lo vendável, obtendo receitas capazes de sanar os custos de produção e distribuição.

Em geral, o pescado produzido pela aquicultura familiar e pesca artesanal ainda é vendido em sua maior parte de forma *in natura*, na modalidade peixe vivo ou fresco. Para Kubitzka e Lopes (2002), a agregação de valor ao produto é determinante no processo de formação de preço e sua aceitação pelos mercados consumidores. Estes autores constataram que as dificuldades mais frequentes na hora de decidir pela compra do pescado são justificadas principalmente pela inabilidade de determinar se o pescado é fresco (27,6% das respostas) e também pelo preço (24,5%), que consideram mais alto que o de outras carnes. Nesse mesmo trabalho os autores apontam que a maioria dos consumidores (82%) declarou consumir o pescado em casa e que a sua principal preocupação diz respeito à qualidade/frescor do produto (45%), seguido da possibilidade de alguém se engasgar com espinhas (44,7%). O beneficiamento é um processo que agrega alto valor ao pescado tendo em vista que este produto é ainda considerado de baixo consumo per capita pelos brasileiros – uma média de 6,8 kg segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação – FAO (2003) – que segundo a pesquisa mencionada preferem adquirir o produto beneficiado.

Em decorrência da problemática do beneficiamento da produção aquícola, no ano de 2009 é inaugurada em Morada Nova de Minas (MG) a Unidade de Beneficiamento de Pescado (UBP), construída em parceria da CODEVASF com a Prefeitura local, constituindo esta uma das estratégias de

ação do Ministério da Integração Nacional para o fortalecimento do Arranjo Produtivo Local da Aquicultura, cujo recorte territorial abrange o Lago de Três Marias. Como não consiste em atividade-meio do poder Executivo municipal fazer a gestão desta unidade, foi idealizado e oficializado um termo de gestão em que a prefeitura, após consulta ao órgão financiador, transferiu a gestão da UBP para a Coopeixe, tendo em vista esta ser a Cooperativa mais estruturada e que congregava 100% das cooperativas existentes no Arranjo Produtivo Local, além de sete associações de produtores. A gestão deste tipo de unidade de beneficiamento, realizada por meio de organização cooperativa, é de suma importância e consiste no modelo mais adequado para sua operacionalização. Uma só unidade familiar, ou somente um empreendimento coletivo ou demais produtores isolados seriam incapazes de movimentar tamanha estrutura, tendo em vista o alto custo de sua manutenção, o que os próprios produtores alegam nas entrevistas. Um dos entrevistados salienta que *“através da Coopeixe, podemos ver a unidade funcionar, sem que um ou dois produtores possam ser donos sozinhos e sem que tal unidade não caia nas mãos de outra entidade que não seja representativa dos piscicultores da região”* (cooperado da Coopeixe).

Mediante a viabilização da UBP pela cooperativa, custos e despesas tendem a se reduzir com um processamento uniforme e em escala, manutenção constante do fornecimento de insumos para o beneficiamento (pescado vivo), tratamento padrão adequado (e dentro de normas de inspeção sanitária) ao pescado vivo, dando a ele condições de frescor e qualidade, aumentando seu valor agregado. Somadas as vantagens do beneficiamento via UBP, e dimensionando um balanço futuro, têm-se as vantagens de rateio de sobras e prejuízos, o que na lógica de uma gestão empresarial mercantil seria impossível. Para os cooperados foi importante assumir o controle do gerenciamento da UBP, uma vez que esta é construída com recursos públicos, com a finalidade de realizar a agregação de valor à produção de um público com necessidades de inclusão produtiva e acesso a mercados.

Desde o período em que assumiu a gestão da UBP, a Coopeixe recebe pescado oriundo de seus cooperados, realizando os processos de beneficiamento, gerando um incremento de 75% no valor final do produto beneficiado, passando em média de R\$ 4,50 a R\$ 18,00 o quilo do produto embalado e “sifado” (produto com selo do Sistema de Inspeção Federal). Nas entrevistas comumente os produtores informam *“que através da Coopeixe foi possível acessar a unidade de beneficiamento, onde o pescado já sai com selo de qualidade, preço maior; o que só os grandes empresários do ramo teriam acesso”* (cooperado da Coopeixe). Além do beneficiamento, a cooperativa pode apresentar diferencial competitivo na compra de outros insumos, como é o caso da ração para a nutrição de peixes, item que apresenta o maior custo dentro do processo produtivo.

Desde a compra de insumos como ração e filhotes de peixes (alevinos), de infraestruturas como tanques-rede, de viabilização de estrutura de beneficiamento e da comercialização, a Coopeixe tem apresentado vantagens estratégicas aos seus cooperados, comparada a empreendimentos que produzem isoladamente. O fator considerado de maior importância tem sido o processo de beneficiamento deste produto (pescado), o qual, realizado de forma cooperativa, tem conferido diferencial na eficiência no processo, qualidade e aumento de preço no produto final.

Considerações finais

Mesmo considerando ser a aquicultura familiar (a pesca artesanal é mais antiga) uma atividade recente no Brasil e, sobretudo em Minas Gerais um setor produtivo ainda em consolidação segundo o Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2008, p. 261), as cooperativas assumem papel fundamental no processo de governança local, organização e fortalecimento dessa cadeia produtiva. Salienta-se que nenhum formato organizacional deve ser desconsiderado no processo de articulação e relacionamento dos produtores com o mercado, no interior dos territórios e arranjos

produtivos locais. É importante lembrar, contudo, que qualquer que seja a opção adotada, dificilmente ela poderá ser abraçada e viabilizada por pequenos ou médios produtores isoladamente, pois essa escolha acarretará em custos elevados, necessidade de produção em larga escala e inacessibilidade aos programas e políticas públicas de interesse da coletividade.

Pelo fato de o setor ainda estar em processo de consolidação, são nítidas as dificuldades que permeiam a atividade produtiva, por exemplo, a (i) inexistência de normativas que contemplem todos os aspectos que giram em torno da cadeia produtiva, (ii) desconhecimento da população sobre a qualidade e benefícios de produtos oriundos dessa atividade, (iii) baixo número de estruturas financiadas com recursos públicos para atendimento de pescadores artesanais e aquicultores familiares.

É neste cenário que a Coopeixe tem sido protagonista dos processos de dinamização econômica da atividade aquícola, em âmbito local e regional. A estratégia de articulação institucional tem se mostrado eficiente no sentido de garantir acesso aos programas e políticas públicas que outrora eram inacessíveis pelos produtores espalhados isoladamente. A proposição de projetos, sejam os próprios ou os de base territorial, tem obtido êxito na missão de garantir o financiamento de instrumentos necessários à inclusão produtiva, gerando aumento da produtividade e profissionalização dos cooperados. A agregação de valor aos produtos, dado o acesso à estrutura de beneficiamento e capacitações com transferências de tecnologias adequadas, tem permitido o incremento da renda dos produtores, com aumento da qualidade do produto final, obtendo preços mais elevados. Com essa nova condição de acesso a mercados, com custos competitivos, tem sido possível chegar ao consumidor final, reduzindo drasticamente a presença dos atravessadores que exploram a etapa intermediária do processo.

A Coopeixe tornou-se a organização de referência para os produtores, sendo a Cooperativa que assumiu os compromissos da classe no tocante ao desenvolvimento territorial, fazendo-se presente nos espaços colegiados representando seus cooperados. Adquiriu importância no cenário local, dada

a sua condição de empreendimento coletivo capaz de viabilizar os negócios de seus cooperados e, ao mesmo tempo, uma organização que assumiu papel nos processos de governança local, constituindo parte integrante da gestão e controle social das políticas públicas que incidiam sobre aquele recorte territorial.

Como os processos de desenvolvimento são de caráter dinâmico e contínuo, o papel da Cooperativa não se encerra com sua interação com as políticas públicas e consecução de recursos. Dado o crescimento do quadro de cooperados e o aumento da estrutura organizacional, novos desafios internos e externos se colocam para a Cooperativa. Dentre eles, a manutenção das práticas e valores do cooperativismo diante do crescimento organizacional, além do fortalecimento de outras entidades que possam também assumir parte desse processo de participação e gestão de políticas públicas.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M. et al. (Orgs.). *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ciccus, 2006.
- ARAÚJO, T. B. Território, desenvolvimento rural e regional. In: FÓRUM INTERNACIONAL, 1., Ica, Território, desenvolvimento rural e democracia, 2003, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Iica, 2003.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 2009. 226 p.
- EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS. Epamig. *Diagnóstico da piscicultura na região de Morada Nova de Minas*. Belo Horizonte: Epamig, 2009. 28 p.
- FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS.
Code of Conduct for Responsible Fisheries. Rome, FAO. 2011. 91 p.

_____. *Aqüicultura no Brasil: o desafio é crescer*. Editores: Antonio Ostrensky,
José Roberto Borghetti e Doris Soto. Brasília, 2008. 276 p.: il.

_____. *Database on Introductions of Aquatic species*. Disponível em: <http://www.fao.org/fi/website/SwapLang.do?language=en&page=%2FFIRetrieveAction.do%3Fdom%3Dcollection%26xml%3Ddias.xml%26xp_nav%3D1>. Acesso em: 5 jan. 2007.

KUBITZA, F.; LOPES, T. G. G. Com a palavra, os consumidores. *Panorama da Aqüicultura*, v. 12, n. 69, p. 48-53, 2002.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

LEITE, S. P. et. al. *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável, v.14).

MADRID, R. M. Análise econômica da aqüicultura rural em pequena escala na América Latina e o Caribe. *Red de Acuicultura Rural en Pequeña Escala*, Taller Arpe, FAO-UCT, 13 p., 9-12 nov. 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (OCEMG). *Informações econômicas e sociais do cooperativismo mineiro 2011*. Disponível em: <<http://www.minasgerais.coop.br/pagina/146/informacoes-economicas-e-so.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. MPA. *Plano de Desenvolvimento Sustentável “Mais Pesca e Aqüicultura” 2008-2011*. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/component/content/article/22-planos-e-politicas/17-territorios-da-pesca-e-aquicultura>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

PECQUEUR, B. *Le développement local: mode ou modèle*. 2. ed. Paris: Syros-la Découverte, 2000.

PERICO, R. E. *Identidade e território no Brasil*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009. 209 p.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

TONNEAU, Jean P.; CUNHA, Luis H. Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 1, p. 45-53, 2005.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Recebido em: 18/9/2012

Accito em: 11/6/2013